

Eu, historiadora de mim

I, Historian of Myself

<https://doi.org/10.26512/rhh.v13i30.60450>

Diva do Couto Gontijo Muniz

Universidade de Brasília

<https://orcid.org/0000-0002-1378-804X>

diva.gontijomuniz@gmail.com

Resumo

Conferência proferida na cerimônia de outorga do título de Professora Emérita da Universidade de Brasília à professora Diva do Couto Gontijo Muniz, em 10 de setembro de 2025.

Palavras-chave

Gênero, Memória, Docência

Abstract

Lecture delivered at the ceremony conferring the title of Emeritus Professor of the University of Brasília upon Professor Diva do Couto Gontijo Muniz, on September 10, 2025

Keywords

Gender, Memory, Teaching

O gesto primeiro, que entendo como incontornável nessa cerimônia de outorga do título de professora emérita da Universidade de Brasília, é o de agradecimento. Minha eterna gratidão a todas as pessoas aqui presentes, unidas e reunidas, em torno da homenagem a mim prestada, compartilhando minha alegria, testemunhando esse momento tão significativo para mim. Sinto-me muito honrada pela titulação a mim conferida. Agradecida. Engrandecida.

Expresso meu reconhecimento por tudo que recebi da UnB e de sua comunidade, ao longo de mais de três décadas como integrante de seus quadros, no exercício das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Destaco, em meus agradecimentos, o apoio e a participação, direta ou indireta, de colegas e funcionários do Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Humanas, do CONSUNI e dos atuais gestores da UnB, fundamentais para o encaminhamento e aprovação da proposta de titulação. Em especial, o empenho e a diligência de quatro colegas do Departamento de História e do PPGHIS, que reconheço terem sido indispensáveis para viabilização daquele propósito: as professoras Ione de Fátima Oliveira – que trágica e bem recentemente nos deixou –, Eloísa Pereira Barroso, Neuma Brilhante Rodrigues, Maria Filomena P. da Costa Coelho e Léa Carrer Yamashita. Mais do que colegas, amigas do coração, de profissão e de percurso.

Acrescente-se, nesse meu gesto de nomear, de “lembrar para não esquecer”¹, meus agradecimentos às alunas e alunos que por mim passaram ao longo da minha caminhada acadêmica. Foram, sem dúvida, também coparticipantes de minha construção como mestra, historiadora e feminista. Em sua multiplicidade e diversidade, fizeram a diferença em meu exercício profissional nesse meu constante “fazer-se”. Processo, esse, que exigiu de mim estar atenta e forte, sem temer os diversos desafios e as diferentes demandas interpostas ao exercício cotidiano da docência, para bem desempenhar meu ofício. Para tal, apostei nas possibilidades e potencialidades de cada um de vocês; ensinei orientada por tal racionalidade e às vezes também confrontando-a, questionando-a, reformulando-a. Fui, nesse sentido, uma professora um tanto quanto “mal comportada”, pois preferi o desassossego ao conforto de práticas pedagógicas costumeiras. A inquietação à acomodação, o desconcerto ao conformismo, a ousadia à segurança, a autonomia intelectual à domesticação.

¹ ROCHA, Ana Vitoria S. C. Lembrar para não esquecer: qual a importância do Dia Internacional da Mulher? In: Imprensa Feminista, 08/03/2015. Disponível em: <<https://www.impressafeminista.com/>>.

Espero, assim, ter formado historiadoras e historiadores, docentes, “mal comportados”...

Reconheço, nesse exercício de lembrar e agradecer, que, sem dúvida, o mérito do emérito é também de todos vocês. Explicito minha gratidão e meu indifereçável orgulho pelo título a mim concedido, primeira professora do Departamento de História a ser assim agraciada. Minha expectativa, até mesmo esperança, é a de que, depois de mim, protagonista dessa espécie de ato inaugural, outras historiadoras, outras professoras eméritas do Departamento de História não de vir.

Confesso minha dificuldade para selecionar e identificar as experiências mais significativas de meus percursos profissionais, ao fazer a resenha do que fiz, tal como me foi solicitado. O desafio foi grande, pois, como resumir em alguns breves minutos, mais de meio século de vida envolvida com a formação escolar e acadêmica e com a profissionalização? Alguns limites demarcavam, de antemão, minhas escolhas: o curto espaço de tempo, as inescapáveis armadilhas da memória, os riscos e perigos que presidem toda a autoavaliação, operação perpassada pelo viés da subjetividade. Como ser historiadora de mim, com a objetividade que o ofício exige e com a fidelidade que o relembrar demanda, com a precisão que o exíguo tempo requer? Como, enfim, historicizar as experiências que me constituíram como sou, refazer meus percursos profissionais e de vida, sob o abrigo exigente das regras do campo disciplinar da História, meu lugar de fala?

No ato em que aciono a memória para bem historicizar meus caminhos, para refazer os percursos das experiências que me constituíram como mestra, historiadora e feminista, estou ciente dos obstáculos que o relembrar nos enreda. Afinal, toda memória é seletiva. Ela envolve uma complexa operação mental tanto para silenciar/apagar como para visibilizar/reavivar as experiências vivenciadas, constituidoras da pessoa que hoje sou.

Nesse ato em que relembro, estou, também, e ao mesmo tempo, realimentando a memória e acessando a historicidade do vivido, reafirmando minha identificação, minha localização no mundo como cidadã. Como tal, reconheço-me como um sujeito engendrado não apenas nas relações de sexo/gênero, mas também de raça, classe, geração, dentre outras, por meio de códigos linguísticos e representações culturais. Um sujeito, portanto, múltiplo,

em vez de único, e também um sujeito contraditório, em vez de simplesmente dividido, como bem definiu Teresa de Lauretis². Nesse mesmo ato, identifico e significo como fundantes alguns momentos de inflexão em minha caminhada, no processo de minha construção.

O primeiro deles foi o do ingresso para cursar o ensino primário no Grupo Escolar Winston Churchill, em Carmo do Paranaíba, Minas Gerais. Foi ali, naquela escola pública, “risonha e franca”, em plenos “anos dourados”, que ocorreu a primeira grande mudança em minha vida: fui alfabetizada. Aprendi a ler e a escrever, esses importantes verbos de afirmação e de localização. Verbos, esses, cuja potência transformadora é sem dúvida inquestionável. Afinal, nesse ato inaugural de letramento, em que escrevo e leio, eu decodifico e descortino o mundo; eu me identifico como sujeito político. Não por acaso, da primeira professora a gente nunca se esquece. Obrigada professora Terezinha Araújo, você foi coparticipante na/da construção desse primeiro degrau.

O segundo momento foi o do ingresso na Universidade para cursar a graduação em História na UFMG, anos 1967-1970, em plena ditadura militar; posteriormente, o ingresso na UnB para cumprir o programa de Mestrado em História, entre 1981-1985, período em que os ventos da anistia e da abertura política, embora ainda tímidos, já sopravam por aqui. Foram experiências acadêmicas importantes, pois definiram meus primeiros e já previsíveis rumos de atuação no campo da História. Foi, assim, na condição de graduada em História, professora de história da Educação Básica – denominados, à época, ensino fundamental e médio – que trabalhei por duas décadas em escolas das redes públicas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Brasília.

O mestrado proporcionou-me as experiências primeiras com a pesquisa em arquivos e com a escrita da história. Além disso, também a capacitação buscada para melhor desempenho em sala de aula. E, ainda, a titulação requerida para ingresso como professora de ensino superior na UnB, por concurso público, em 1988. Sem dúvida, o mestrado pavimentou o caminho já delineado desde a graduação quanto à minha profissionalização na área de História. Com ele, aprofundei meus estudos, ampliando as leituras e diálogos com a historiografia, meus contatos com os documentos dos arquivos, meus procedimentos de pesquisa. Toda essa experiência reafirmou minha certeza quanto à profissão escolhida.

² LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 208.

Tive acesso a uma formação acadêmica que, apesar e por conta da censura, ancorava-se predominantemente nos quadros teóricos do materialismo histórico, portanto, à esquerda do espectro político. Autores mais ou menos alinhados ao pensamento marxista tornaram-se referências para o meu modo de pensar, escrever e ensinar história; funcionaram como uma espécie de lente para a minha leitura do social. Com eles compartilhei a ideia de história percebida como movimento, como luta de classes, como mudança, como práxis. História, pensada a partir de modelos explicativos, mais ou menos aprisionada a esquemas redutores que, já nos anos 1990, não mais me atendiam. Com efeito, eu já os considerava como insuficientes para dar conta da complexidade, variabilidade e singularidade da experiência temporal. Na mudança operada, incorporei a concepção de uma história pensada “múltipla, libertária e diferentemente”, e não mais como um “fardo a pesar sobre nós, impondo ao futuro um sentido já inscrito no passado”³, tal como proposto por Manuel Salgado Guimarães.

Em uma atenta mirada a um de meus percursos, considero que as experiências vivenciadas como professora de história no ensino fundamental e médio subsidiaram minhas posições no Departamento de História quanto a necessidade de reestruturação dos currículos da graduação. Defendi, com sucesso, as exigências da pesquisa e da monografia de final de curso, atual TCC, também para a licenciatura, muito antes de o Ministério da Educação assim a determinar. Denunciei e combati a infundada, porém naturalizada, hierarquia estabelecida entre licenciatura e bacharelado, pautada no falso pressuposto de que professores são meros transmissores de conteúdos curriculares. Não são e nem podem ser reduzidos a tal dimensão. O ato de ensinar exige também, e principalmente, o de saber pesquisar; o ato de aprender inclui o “difícil ato de estudar”, como nos ensinou Paulo Freire⁴. É complexa operação que demanda saber como as coisas são feitas, como se constrói o saber, como se faz pesquisa, como se escreve a história. O sujeito da aprendizagem precisa ser mobilizado, interpelado, desafiado a aprender, enfim, a compreender a experiência temporal, as narrativas históricas, a reconhecer sua historicidade.

3 GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Usos da história: refletindo sobre identidade e sentido. História em revista. Pelotas/RS/Universidade de Pelotas, v. 6, p. 21, 2000.

4 FREIRE, Paulo. Ação cultural para liberdade e outros escritos. São Paulo: Paz e Terra, 2001a, p. 12-13.

O ingresso na Universidade de Brasília, como docente, em 1988, representa o terceiro momento de inflexão em meu “fazer-se”. Com efeito, foi experiência que redirecionou minha caminhada, ao desenhar, com traços mais precisos, a face feminista da historiadora das mulheres que me tornei. Afinal, foi como docente da UnB que cursei o doutorado em História na USP, entre 1992-1997. Foi também com essa capacitação que tomei outros rumos, naveguei em outros mares, abracei outras causas... Foi uma guinada sem recuos, sem receios, sem retorno...

Naqueles inventivos anos 1990, cursar o doutorado possibilitou-me o ingresso em um mundo novo, cultural, histórica e historiograficamente. Foi por meio desse ingresso que se deu o encontro inusitado, naquele momento, da historiadora com os feminismos e com a epistemologia feminista e de gênero. O aporte teórico produzido pela crítica feminista, denunciando e expondo o sexismo operante na estruturação dos saberes, das ciências e das relações sociais, foi ancoragem e perspectiva indispensáveis para a construção de minha tese. Foi, com efeito, potencialmente enriquecedor tal encontro pelas possibilidades desnaturalizadoras de construtos históricos arraigados potencializados pela crítica feminista.

Ao historicizar a experiência de escolarização das meninas na província de Minas Gerais, descubro-as frequentando as escolas primárias de instrução pública em número bem menor do que os meninos. Tal desigualdade ocorria porque as famílias conferiam menos importância à formação escolar de suas filhas em relação à de seus filhos. Além disso, também descubro-as recebendo uma educação diferenciada e desigual em relação aos meninos: elas eram preparadas para o exercício doméstico, para os cuidados com os filhos, a casa, o marido; para o lar. Os meninos recebiam uma formação escolar voltada para o exercício do trabalho remunerado, dos negócios, da política; para o mundo. Evidencio, portanto, a escola funcionando como uma tecnologia social do gênero, produzindo e reproduzindo os efeitos de masculino e feminino em corpos, comportamentos e relações sociais, como percucientemente teorizou Teresa de Lauretis⁵.

A partir do estudo realizado, avaliado como original e inovador pela banca examinadora, com a tese premiada e publicada pela Editora UnB, senti-me finalmente integrada ao movimento de mudanças, aos deslocamentos operados no campo da História. Muitos deles, por conta de seus diálogos, e também confrontos, de suas aproximações e distanciamentos, com os estudos

⁵ LAURETIS, Teresa de. Op. cit., p. 230-232.

feministas de gênero. Foi, sem dúvida, visivelmente tensionado, disputado, vincado por relações de poder, o movimento da inclusão do gênero, das mulheres e da crítica feminista nos Estudos Históricos.

Travei muitos combates em meu espaço acadêmico, e além dele, em defesa da pertinência e legitimidade de tal incorporação. Avalio que fui bem sucedida. Todas nós, historiadoras da primeira geração e das subsequentes, lutamos e conquistamos o reconhecimento entre os pares pela consistência de nossos estudos e pesquisas sobre a presença feminina na história, bem como do correspondente estatuto de inteligibilidade das mulheres como sujeitos políticos e históricos. Apostamos, nesse sentido, em uma história desatrelada da lógica patriarcal, pensada sob outros termos, outras premissas, outras perspectivas. Afinal, o desafio de conferir visibilidade e dizibilidade historiográficas à presença das mulheres na história não poderia ser feito a partir de um saber disciplinar androcêntrico que até então as excluía. O uso do gênero como categoria de análise, tal como proposto Joan Scott⁶ nos anos 1990, foi bastante útil na desconstrução das diferenças discursivamente construídas. Diferenças, essas, que fundamentavam a desigualdade de gênero e a exclusão das mulheres da história, da política e da cultura. Sob tal lógica, defendemos a inclusão das mulheres em uma escrita da história comprometida com a exigência da “descoberta das faces diversas, inusitadas, que povoaram o caminhar humano, ocultas à pesquisa pelos moldes interpretativos do patriarcado”⁷, como propõe Tânia Swain em sua *História do possível*.

Nessa espécie de revisão feita quanto aos meus percursos, avalio que meus interesses e alinhamentos com a teoria crítica feminista e com a historiografia das mulheres funcionaram como um eixo aglutinador de pessoas, propósitos, estudos e agendas no Departamento de História e no PPGHIS/UnB. A feliz parceria com a professora Tânia Swain, e posteriormente com as professoras Lourdes Bandeira e Rita Laura Segato, ambas da Faculdade de Ciências Sociais, revelou-se acertada, pois possibilitou ampliar nossa atuação além da graduação. Embaladas pelo projeto feminista de transformação das relações humanas, apostamos, com trabalho intenso, coletivo e interdisciplinar, por quase duas décadas, na capacitação de mestres e doutores sob aquela perspectiva. Criamos e implementamos áreas de concentração, linhas de pes-

6 SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação e Realidade. Porto Alegre/UFRS/Face, v. 16, n. 2, p. 42, 1990.

7 NAVARRO-SWAIN, Tania. Histórias feministas, história do possível. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane de; ZANELLO, Valeska (orgs.). Estudos Feministas e de Gênero: articulações e perspectivas. Santa Catarina/Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014, p. 5.

quisa, além de cursos, disciplinas, seminários, laboratórios, grupos de pesquisa, simpósios e encontros na graduação e na pós-graduação. Pesquisamos e publicamos o conhecimento produzido e compartilhado; orientamos um expressivo número de graduados, mestres e doutores que exercem hoje a docência em diversas instituições de ensino, em universidades (Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal do Mato Grosso, Unimontes, Universidade Federal do Tocantins, Universidade Federal do Paraná, Universidade de Lisboa e Universidade de Brasília), institutos federais e escolas da rede pública da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Avalio que o ineditismo de nossa proposta e a importância de nosso trabalho ganharam reconhecimento junto ao Departamento de História e ao PPGHIS, dentro da UnB e também fora dela. Sem dúvida, foi uma proposta inovadora, que projetou a área estudos feministas e de gênero junto a outros programas de pós-graduação do país.

Em meu modo de ver, a incorporação do gênero e das mulheres nos Estudos Históricos ainda é processo inconcluso e perpassado por preconceitos. Embora reconhecida como área de estudos do campo disciplinar da História, trata-se de inclusão diferenciada e desigual. Somos ainda percebidas e identificadas como “preocupações secundárias”⁸, como sujeitos/objetos menos relevantes da experiência histórica. Com efeito, a História ainda permanece pensada e soletrada no masculino⁹. O ensino de história sob a perspectiva de gênero é questionado, criticado, recusado e censurado nas escolas. A violência doméstica de gênero continua fazendo das mulheres suas vítimas principais, e em número cada vez mais crescente.

A luta, portanto, continua. O projeto de emancipação das mulheres, da igualdade de direitos, de pleno acesso à cidadania, ao “direito a ter direitos” – na precisa definição de Hannah Arendt¹⁰ –, permanece ainda como nosso horizonte de expectativas. Tenho esperança de que as mudanças projetadas virão. Esperança, essa, bem alicerçada quando penso na geração de jovens que ajudei a formar; quando identifico suas ruidosas presenças em diferentes espaços institucionais, atuando como profissionais da História. Tal presença realimenta minha certeza de que a luta não foi em vão; e também minha

8 SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa e História das Mulheres e das relações de gênero. In: Revista Brasileira de História. Dossiê História e gênero. São Paulo; ANPUH, v. 27, n. 54, Julho-dez, 2007, pp. 281-300.

9 MUNIZ, Diva do C. G. Feminismos, epistemologia feminista e História das Mulheres: leituras cruzadas. In: Revista OPSIS. Catalão/GO/UFG, v. 15, n. 2, p. 323, 2015.

10 ARENDT, Hannah. Origens do Totalitarismo – Antissemitismo, Imperialismo, Totalitarismo. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 332.

esperança de que “dias mulheres virão”; em que cada mulher terá pleno acesso ao seu espaço de fala e lugar de sujeito na sociedade, na política, na ciência, na cultura e na história.

E quando isso ocorrer, estarei presente na memória de cada um de vocês, pessoas, sujeitos políticos, que, comigo, compartilharam o meu “fazer-se”. Cada um de vocês deixou suas marcas, umas mais, outras menos visíveis, na construção que fiz de mim, com suas aproximações de também distanciamentos. Estarei presente, ainda que num relance fugaz, pelas marcas que penso e espero ter deixado: uma mestra “mal comportada”. Ensinei com razão e conhecimento. E também com sensibilidade e paixão. Fui sempre uma mestra compromissada com o projeto político de um ensino público, gratuito, de qualidade em todos os níveis; de uma educação libertária e transformadora; de uma história pensada e praticada como um campo de múltiplas e diferentes possibilidades. Uma história com potencialidade para construirmos, com liberdade, igualdade, autonomia, pensamento crítico e respeito, o futuro que queremos.

Obrigada a todos vocês! Obrigada UnB!

Referências

ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo – Antissemitismo, Imperialismo, Totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para liberdade e outros escritos*. São Paulo: Paz e Terra, 2001a.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Usos da história: refletindo sobre identidade e sentido. *História em revista*. Pelotas/RS/Universidade de Pelotas, v. 6, 2000.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

MUNIZ, Diva do C. G. Feminismos, epistemologia feminista e História das Mulheres: leituras cruzadas. In: *Revista OPSIS*. Catalão/GO/UFG, v. 15, n. 2, p. 316-329, 2015.

NAVARRO-SWAIN, Tania. Histórias feministas, história do possível. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane de; ZANELLO, Valeska (orgs.). *Estudos Feministas e de Gênero: articulações e perspectivas*. Santa Catarina/Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014.

ROCHA, Ana Vitoria S. C. Lembrar para não esquecer: qual a importância do Dia Internacional da Mulher? In: *Imprensa Feminista*, 08/03/2015. Disponível em: <<https://www.imprensafeminista.com>>/.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre/UFRS/Face, v. 16, n. 2, 1990.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa e História das Mulheres e das relações de gênero. In: *Revista Brasileira de História*. Dossiê História e gênero. São Paulo; ANPUH, v. 27, n. 54, Julho-dez, p. 281-300, 2007.

Recebido em 11 de novembro de 2025
Aprovado em 11 de novembro de 2025
AUTORA CONVIDADA